

PÁGINA 4

IMPOSTO

PÁGINA 3

IBGE

ro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o gerente da pesquisa, André Macedo (**foto**), apesar de ter sido o segundo mês seguido de crescimento, o resultado de setembro não altera o comportamento de menor dinamismo que a caracteriza nos últimos meses. “Para além disso, no índice desse mês, observa-se predominio de taxas negativas, alcançando três das quatro grandes categorias econômicas e 20 dos 25 ramos industriais investigados”, diz Macedo. **PÁGINA 2**

VOA BRASIL

retorno de anúncios falsos sobre o tema e apresentar relatório de transparência detalhado sobre as medidas adotadas, sob pena de multa diária de R\$ 150 mil no caso de descumprimento de qualquer uma das determinações. A medida cautelar foi imposta pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon), que ainda instaurou processo administrativo sancionador, no âmbito do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), para investigar a conduta das duas companhias. **PÁGINA 3**

[illegible]

MERCADOS

Ibovespa sobe 1,69% e retoma patamar de 115 mil pontos

POR LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Desde cedo nesta quarta-feira, bem antes da decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), o Ibovespa já andava à frente dos índices de ações de Nova York, retomando nos melhores momentos do dia a linha dos 115 mil pontos, não vista em fechamento desde 17 de outubro, mês em que o índice da B3 acumulou perda de quase 3%.

Nesta primeira sessão de novembro, o Ibovespa operou em alta desde a abertura, aos 113.156,70 pontos, e, ao fim, mostrava avanço de 1,69%, aos 115.052,96 pontos, nesta véspera de feriado para a B3, mas não para os mercados do exterior. O giro foi a R\$ 25,1 bilhões.

No ano, com o desempenho desta quarta-feira, o índice da Bolsa avança 4,85% e, na semana, vira ao positivo (1,55%). Em percentual, o ganho no fechamento foi o maior desde 26 de outubro (1,73%).

No meio da tarde, com a decisão do Fed em linha com o esperado, o Ibovespa chegou aos 115.164,12 pontos, então na máxima do dia, em alta de 1,79%, saltando mais uma vez à frente das variações vistas em Nova York no mesmo horário. Mais tarde, depois da conclusão da entrevista coletiva do presidente do BC norte-americano, Jerome Powell, o índice levou o pico do dia a 115.433,25 pontos, em alta de 2,02%, acompanhando melhora em Nova York, especialmente do S&P 500 e do Nasdaq, então nas máximas do dia, assim como em menor medida também o Dow Jones.

Powell reconheceu que o forte avanço dos rendimentos dos Treasuries longos pode influenciar as futuras decisões sobre juros nos Estados Unidos. "As condições financeiras tornaram-se significativamente mais restritivas nos últimos meses, impulsionadas por rendimentos mais elevados nos Treasuries de longo prazo", disse o presidente do Fed, na coletiva. "Mudanças persistentes nas condições financeiras podem ter implicações na trajetória da política monetária", acrescentou.

Na B3, as ações de primeira linha mantiveram sinal positivo ao longo do dia. Petrobras ON e PN fecharam a sessão, respectivamente, em alta de 1,16% e 1,09%; Vale ON subiu 1,91% e os ganhos, entre os grandes bancos, chegaram a 1,42%, para Itaú, no encerramento. Na ponta do Ibovespa, destaque para Locaweb (10,29%), CVC (8,73%) e Carrefour Brasil (7,80%). No lado oposto, RaiaDrogasil (-3,76%), Pão de Açúcar (-1,66%) e Natura (-1,33%).

"Conforme esperado, o Fed manteve a taxa de juros entre 5,25% e 5,50% ao ano. O Comitê manteve também a cautela e aguarda novos dados para a tomada de decisão", observa em nota Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Research. "No comunicado, ressaltou que a atividade econômica cresceu em ritmo forte no terceiro trimestre; a criação de empregos desacelerou desde o início do ano, mas continua forte; a taxa de desemprego segue baixa e a

inflação se mantém elevada", enumera o economista, acrescentando que o Fed "segue bastante atento aos riscos inflacionários."

Com a decisão desta quarta-feira, os juros de referência nos Estados Unidos permanecem no maior nível em 22 anos, aponta o economista-chefe da Nomad, Danilo Igliori. "O comunicado divulgado após a reunião não surpreendeu, deixando em aberto o que virá na sequência ao enfatizar que os próximos movimentos dependerão da evolução dos dados econômicos, particularmente com relação à inflação, atividade econômica, expectativas e contexto internacional", acrescenta.

Com relação à entrevista coletiva do presidente do Fed após a decisão de política monetária, André Leite, CEO da TAG Investimentos, destaca que "a sensação geral é de que ele se esforçou muito para manter o tom 'hawk.'" "Powell citou que a inflação está baixando, porém, longe da meta, e que o mercado de trabalho e o PIB ainda não deram mostras de acomodação", acrescenta Leite, que avalia que o presidente do BC americano, na coletiva, não mostrou confiança de que os juros, no nível em que já estão, conduzirão a inflação à meta de 2%.

"Irão avaliar reunião a reunião. O mercado estava no modo 'acabaram as altas' de juros nos EUA após declarações recentes de membros do Fed, mas Powell se esforçou para colocar, de volta à mesa, a chance de um aumento de taxa", observa.

Passado o Fed, os investidores voltam a atenção à decisão de política monetária do Copom, do qual a expectativa é novo corte de meio ponto porcentual na Selic, e sinais, no comunicado, sobre os próximos passos do colegiado, que tem ainda outra reunião pela frente no ano, em dezembro, assim como o Fed.

"Mantemos a estimativa de queda da Selic em 0,50 ponto porcentual no Copom desta quarta-feira, mas estamos monitorando se será possível conservar esse ritmo na reunião de dezembro", observa Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Fianciamento e Investimento (Acrefi), mencionando fatores de risco como a guerra entre Israel e Hamas, bem como a recente escalada nos rendimentos dos Treasuries, que podem afetar o nível terminal da Selic ao fim de 2024, com possibilidade de uma pausa, no primeiro semestre do próximo ano, no processo de corte da taxa de juros.

Para o comunicado do Copom no período da noite, o mercado estará atento à avaliação do BC sobre o "balanço de riscos para a inflação", aponta Marianna Costa, economista-chefe do TC. "O colegiado deve ponderar dados mais fracos sobre a atividade econômica doméstica e, em particular, uma política fiscal menos restritiva do que o aguardado anteriormente, assim como o aumento de risco no cenário externo, tanto pelo lado geopolítico como pela alta das taxas de juros dos títulos da dívida dos Estados Unidos", avalia a economista, em nota.

POLÍTICA MONETÁRIA

EDUARDO RODRIGUES
E CÉLIA FROUFE/AE

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central seguiu o plano de voo e reduziu pela terceira vez seguida a taxa Selic em 0,50 ponto porcentual, de 12,75% para 12,25% ao ano, em decisão unânime.

Conforme a sinalização dada no encontro anterior, em setembro, a queda da Selic nesse ritmo já era amplamente esperada. Segundo pesquisa do Projeções Broadcast, todas as 57 instituições financeiras consultadas acreditavam que o Copom iria decidir por mais um corte de 0,50 ponto, para 12,25%.

As expectativas de inflação do Boletim Focus deste e do próximo ano variaram entre os dois encontros do comitê, mas as estimativas de prazos mais longos seguiram desancoradas.

Para 2023, a mediana do mercado passou de 4,86% na semana da reunião de setembro para 4,63% nesta semana, 0,12 ponto abaixo do teto da meta (4,75%). Para 2024, houve leve piora entre as duas reuniões, de 3,86% para 3,90%, contra o alvo central de 3,00%. Já para 2025 e 2026, as estimativas continuaram estacionadas em 3,50%, ainda descoladas da meta contínua de 3%.

Ao justificar a decisão desta quarta-feira, o BC destaca que o Copom entende que "a decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2024 e o de 2025. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, a decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego".

"Tendo em conta a importân-

cia da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, consequentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas", destaca o comunicado.

INFLAÇÃO

As projeções oficiais do BC para a inflação caíram para este ano e tiveram ligeira alta para 2024 e 2025, conforme o comunicado. No cenário de referência, que utiliza câmbio variando conforme a Paridade do Poder de Compra (PPC) e juros do Relatório de Mercado Focus, o BC alterou a projeção do IPCA de 2023 de 5% para 4,7%. Para 2024, a atualização foi de 3,5% para 3,6%. Já para 2025, foi de 3,1% para 3,2%.

No cenário de referência, a autarquia ainda atualizou no Copom as projeções para os pre-

ços administrados. Em 2023, a estimativa passou de 10,5% para 9,3%, com as recentes quedas de combustíveis. Já em 2024, variou de 4,5% para 5%. A projeção para 2025 ficou estável em 3,6%.

Nesse cenário, o BC considera ainda que o preço do petróleo deve seguir aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passar a aumentar 2% ao ano na sequência. Também adota a hipótese de bandeira tarifária "verde" em dezembro de 2023, 2024 e 2025.

Mesmo com a nova baixa na Selic, o país retornou ao topo do ranking mundial dos juros reais (descontada a inflação à frente). Segundo levantamento do site MoneyYou com 40 economias, o Brasil passa a ter uma taxa de juros real de 6,90%, voltando a ultrapassar o México (6,89%). Em terceiro, aparece a Colômbia (5,48%). A média das 40 economias pesquisadas é de 1,39%.

Os ganhos de emprego ficaram mais moderados desde o início do ano mas continuam fortes, descreve também a instituição. Já o sistema bancário norte-americano continua resiliente e seguro, na visão dos dirigentes do Fed.

Condições financeiras e de crédito mais apertadas para famílias e emprego deverão pesar sobre inflação, atividade e contratações, afirma o Fed. "A extensão desses efeitos continua incerta, pontua a instituição O Comitê ressalta que continua "altamente atento a riscos inflacionários".

Nos EUA, Fed decide manter taxas em 5,25% a 5,50% ao ano

O Comitê Federal de Mercado Aberto do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) manteve a taxa dos Fed Funds em 5,25% a 5,50% ao ano, em comunicado divulgado nesta quarta-feira. A decisão foi unânime e está em linha com as expectativas do mercado.

O Fed ainda manteve a taxa de juros paga sobre saldo de reserva em 5,4%, decisão que entra em vigor a partir desta quinta-feira, enquanto a taxa de desconto ficou inalterada em 5,50% ao ano.

Dados recentes sugerem que a atividade econômica dos EUA

se expandiu em ritmo forte no terceiro trimestre, diz o comunicado do Fed sobre a decisão de política monetária que manteve inalteradas as taxas de juros do país. A taxa de emprego permaneceu baixa e a inflação continua elevada, observou o banco central dos EUA na nota.

IBGE

Produção industrial patina e alta é de apenas 0,1% em setembro

CRISTINA INDIO DO BRASIL -
REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL

A produção industrial brasileira variou 0,1% em setembro. O resultado foi registrado depois de uma variação de 0,2% em relação ao mês anterior e queda de 0,3% em julho. A alta de 5,6% na atividade de indústrias extrativas foi a principal influência positiva no resultado do mês.

Já em relação a setembro de 2022, houve um avanço de 0,6%. O acumulado no ano é um recuo de 0,2% e, nos últimos 12 meses, variação nula (0%). Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada nesta quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o gerente da pesquisa, André Macedo, apesar de ter sido o segundo mês seguido de crescimento, o resultado de setembro da produção industrial nacional não altera o comportamento de

menor dinamismo que a caracteriza nos últimos meses. O indicador mostrou predomínio de taxas negativas. "Para além disso, no índice desse mês, observa-se predomínio de taxas negativas, alcançando três das quatro grandes categorias econômicas e 20 dos 25 ramos industriais investigados."

Macedo destacou que mesmo com os dois meses seguidos de resultados positivos, o setor industrial permanece 1,6% abaixo do patamar pré pandemia em fevereiro de 2020 e 18,1% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

"Em linhas gerais, taxa de juros elevada, mesmo com o movimento de redução verificado nos últimos meses, nos ajuda a entender esse comportamento do setor industrial, com influência direta sobre as decisões de investimento, por parte das empresas, e de consumo, por parte das famílias. Para além disso, explica o crédito ain-

da caro e as elevadas taxas de inadimplência", analisou.

Entre as atividades, a alta de 5,6% em setembro nas indústrias extrativas, veio depois da atividade de acumular perda de 5,6% no período julho-agosto de 2023. Os produtos químicos (1,5%) e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (0,5%) também foram contribuições positivas relevantes sobre o resultado da indústria no mês.

Conforme o gerente da pesquisa, embora a base de comparação fosse baixa, uma vez que as indústrias extrativas apresentaram duas quedas em sequência, o setor foi favorecido pela maior extração de petróleo e minérios de ferro em setembro. "Esse segmento representa aproximadamente 15% da indústria total e exerce o principal impacto positivo no consolidado do ano", explicou.

Os principais destaques negativos entre as 20 atividades que ti-

veram quedas na produção são produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-16,7%), máquinas e equipamentos (-7,6%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-4,1%). No caso de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, o recuo interrompeu dois meses consecutivos de expansão na produção, com acúmulo de ganho no período de 30,2%. Já máquinas e equipamentos e veículos automotores, reboques e carrocerias tiveram quedas depois de conseguirem avanços no mês anterior: 4,9% e 5,7%, respectivamente.

Segundo Macedo, o setor da indústria farmacêutica, se caracteriza por alta volatilidade e são comuns quedas e avanços elevados em sequência ao longo da série. O gerente acrescentou que o recuo de dois dígitos deste mês "guarda relação importante com o avanço de 30,2% acumulado nos meses de julho e agosto de 2023".

Nota

CONFIANÇA EMPRESARIAL CAI 1,2 PONTO EM OUTUBRO, APONTA A FGV

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) caiu 1,2 ponto em outubro ante setembro, para 92,9 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em médias móveis trimestrais, o índice recuou 0,4 ponto em outubro. "A extensão da tendência de queda da confiança aos quatro grandes setores pesquisados em outubro reforça a percepção de desaceleração dos segmentos cíclicos da economia no quarto trimestre do ano. Na indústria e

no comércio o enfraquecimento da demanda já começa a impactar negativamente o ímpeto de contratações, enquanto nos serviços e na construção, a relativa resiliência do nível de atividade ao longo do segundo semestre tem mantido este ímpeto estável", avaliou Aloísio Campelo Júnior, superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial. O Índice de Confiança Empresarial reúne os dados das sondagens da indústria, serviços, comércio e construção. O cálculo leva em conta os pesos proporcionais à participação na economia dos setores investigados.

SEGURANÇA PÚBLICA

Lula anuncia decreto de GLO em portos e aeroportos

GILBERTO COSTA/ABRASIL

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**), assinou decreto convocando as Forças Armadas para operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos aeroportos de Guarulhos, em São Paulo, e Tom Jobim (Galeão), no Rio, e nos portos de Santos (SP), Itaguai (RJ) e da cidade do Rio de Janeiro. O ato estabelece a criação de uma operação integrada de combate ao crime organizado. “Por isso estou fazendo esse decreto de GLO”, explicou Lula em discurso no Palácio do Planalto. Conforme o presidente, a GLO vai valer até maio do próximo ano nesses lugares. “Se for necessário reforçar em mais portos e aeroportos, nós vamos reforçar”, garantiu. O presidente reconheceu que a violência tem se agravado a cada dia e que o governo federal vai participar “ativamente” e ajudar os governos estaduais no combate ao crime organizado e

ao tráfico de drogas e de armas. No caso do Rio de Janeiro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em conjunto com o governo estadual vai implantar Comitê Integrado de Investigação Financeira de Recuperação de Ativos (Cifra), “visando enfraquecer o poder financeiro das quadrilhas”. Lula prometeu que “a Polícia Federal ampliará as ações de inteligência, as operações de prisões e apreensões de bens pertencentes às quadrilhas, às milícias, especialmente no Rio de Janeiro.” A PF e a Força Nacional de Segurança Pública manterão efetivos extras que já estão atuando no policiamento no Rio e nas rodovias federais no estado. Além do Rio de Janeiro, de porto e aeroporto no estado de



São Paulo, o governo prevê atuação também nas faixas de fronteira de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. “Neste caso não é necessário GLO. Na faixa de fronteira, o Exército e a Aeronáutica atuarão em articulação com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal”, disse Lula. Haverá ainda reforços de efetivos e equipamentos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional nos cinco estados. A Marinha também será mobilizada e deverá ampliar atuação, em articulação com a Polícia Federal, na Baía da Guanabara (RJ), Baía de Sepetiba (RJ), nos acessos marítimos ao Porto de Santos e no Lago de Itaipu. O MJSP e o Ministério da De-

fesa coordenarão comitê de acompanhamento das ações e deverão apresentar plano de modernização tecnológica para atuação da PF, PRF, Polícia Penal Federal, Exército, Marinha e Aeronáutica, visando melhorar a atuação em portos e aeroportos e fronteiras. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que a GLO anunciada nesta quarta-feira pelo presidente Lula é diferente das anteriores e que as polícias estaduais não serão substituídas. “A GLO anunciada incide sobre áreas federais, Lula não queria GLO em ruas e bairros”, disse o ministro. De acordo com o ministro, os dois eixos da operação de GLO em portos e aeroportos são para tirar dinheiro do crime organizado e enfrentar a logística do crime contra o abastecimento de drogas e armas. Dino ainda disse que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, vai liderar um plano de modernização tecnológica para as Forças Armadas e as polícias. (*Com agências*).

IPI

Decreto aumenta imposto de armas e munições para até 55%

SANDRA MANFRINI
E LEVY TELES/AE

O governo federal editou decreto que restabelece as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre armas de fogo, munições e aparelhos semelhantes. O decreto 11.764 foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União e amplia para até 55% a alíquota do IPI sobre revólveres, pistolas, espingardas, carabinas, spray de pimenta e outros, além de aumentar a tributação de munições para 25%. O decreto altera ato anterior, de 29 de julho de 2022, editado pelo então presidente Jair Bolsonaro, que havia reduzido a alíquota do IPI sobre esses itens para 29,25%. O IPI sobre cartuchos até então era de 13%. Em nota, o Palácio do Planalto informou que a estimativa do governo federal é de que a medida tenha potencial de arrecadação total de R\$ 1,1 bilhão entre 2024 a 2026, sendo R\$ 342 milhões em 2024, R\$ 377 milhões em 2025 e R\$ 414 milhões em 2026.

“A medida se alinha com uma perspectiva conceitual de desarmamento da população civil, de recadastramento das armas em circulação e de combate à criminalidade. A política de recadastramento de armas permitidas e de uso restrito contabilizou em cinco meses 939 mil armas recadastradas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, 99% do total”, diz a nota do Planalto. O aumento ao acesso de armas de fogo foi uma das bandeiras do governo de Jair Bolsonaro. Desde que Lula voltou à Presidência, o Planalto tem tornado mais rígido o controle sobre armamentos e munições. O governo vai delegar a tarefa de fiscalizar os Caçadores, Atiradores esportivos e Colecionadores de armas (CACs) à Polícia Federal (PF). A atribuição, hoje, é do Exército. A migração de competência foi prevista em um decreto baixado por Lula em julho. Essa troca de atribuições deve ocorrer a partir de 2025. O Brasil tem 803 mil CACs, segundo dados de julho deste ano. O segmento cresceu expo-

nencialmente graças a medidas do ex-presidente Bolsonaro.

REAÇÃO

Integrantes da bancada da bola na Câmara dos Deputados criticaram o decreto editado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que aumentou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em até 55% armas de fogo e munições. O presidente da bancada, Alberto Fraga (PL-DF), apresentou um projeto para sustar a decisão de Lula. Para os parlamentares, a medida adotada pelo petista significa uma “política revanchista e puramente ideológica”. “Eles querem, na verdade, asfixiar, aumentando o preço em valor significativo, com a tentativa de evitar que população compre armas para defender a propriedade”, disse Fraga. “A sanha do PT é desarmar o cidadão de bem. O governo Lula está totalmente perdido, não apresenta uma medida satisfatória para combater a criminalidade e conter o avanço do crime organizado”, disse Fraga.

“Esta medida apenas ataca o bolso do brasileiro de bem que quer adquirir uma arma de fogo para defesa pessoal”, afirmou disse Tenente-Coronel Zucco (Republicanos-DF). “Hoje em dia, no Brasil, apenas quem pode ter arma é o criminoso, com o devido aval do governo federal.” O decreto altera ato anterior, de 29 de julho de 2022, editado pelo então presidente Jair Bolsonaro, que havia reduzido a alíquota do IPI sobre esses itens para 29,25%. “Desarmar a população e aumentar impostos são medidas de ditaduras e de gananciosos”, disse o deputado Messias Donato (Republicanos-ES). “Tirar a arma do cidadão de bem e mantê-la nas mãos de criminosos contribui diretamente para o aumento de mortes e da insegurança.” Para Nicoletti (União-RR), o decreto tem impacto direto na cadeia produtiva. “Esse decreto causa evidentes prejuízos para toda uma cadeia produtiva, que envolve desde a fabricação até a venda final ao consumidor”, afirmou.

CONSUMIDORES

Voa Brasil: governo manda Facebook e Google removerem anúncios falsos

LUCI RIBEIRO/AE

O Ministério da Justiça e Segurança Pública determinou ao Facebook e ao Google que retirem imediatamente do ar conteúdos falsos e fraudulentos sobre o Programa Voa Brasil, que ainda nem sequer foi lançado pelo governo federal, estando em fase de estudo e elaboração pelo poder público e empresas aéreas sem ter data ou definição para sua efetiva implementação. As duas plataformas terão que remover conteúdos ilícitos, toda publicidade patrocinada fraudulenta e ilegítima com ofertas do Voa Brasil, aplicar ações que impeçam o retorno de anúncios falsos sobre o tema e apresentar relatório de transparência detalhada sobre as medidas adotadas, sob pena de multa diária de R\$ 150 mil no caso de descumprimento de qualquer uma das determinações.

A medida cautelar foi imposta pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon), que ainda instaurou processo administrativo sancionador, no âmbito do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), para investigar a conduta das duas companhias. O prazo de defesa das empresas nesse processo é de 20 dias. “Mais uma vez, golpes e fraudes aos consumidores são realizados por meio das plataformas digitais. Tornando ainda mais grave a situação, o conteúdo golpista e fraudulento não é veiculado, simplesmente, por terceiros, mas impulsionado pelas plataformas mediante publicidade paga, o que se reverte em remuneração para as provedoras de conteúdo”, destaca a Senacon no despacho publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira em

que notifica as empresas. “No caso em exame, os conteúdos golpistas e fraudulentos dizem respeito ao Programa Voa Brasil, iniciativa do Governo federal empreendida pelo Ministério de Portos e Aeroportos, que terá por objetivo disponibilizar passagens aéreas em valores acessíveis a determinados segmentos da população, a fim de democratizar o acesso ao turismo. O Programa sequer foi lançado, e as suas regras para participação ainda não foram definidas, de modo que os benefícios dele decorrentes ainda não foram disponibilizados ao público”, explica. A Secretária ressalta no documento que golpistas e fraudadores se aproveitam do contexto de expectativa de cidadãos por mais um “programa inclusivo” para buscar vantagens pecuniárias indevidas dos consumidores e colocar em risco a higidez da ação governamental.

“O ardil consiste em solicitar dados e pagamentos dos destinatários do golpe, mediante anúncios monetizados nas plataformas digitais do conglomerado econômico da Meta Inc. e do Google Brasil, que geralmente redirecionam os consumidores aos sites em que serão operacionalizadas as fraudes, e ludibriando os consumidores, que acreditam estar tomando medidas ativas para se beneficiarem do Programa”. O órgão ainda pontua que esse tipo de ação não só gera prejuízos financeiros ao consumidor, mas também causa “grave comprometimento dos investimentos do Estado na execução das políticas públicas” e ainda compromete a credibilidade e a confiança da imprensa tradicional, “visto que diversos dos ardis são difundidos mediante a realização de montagens e de manipulação audiovisual do legítimo conteúdo jornalístico”.

TRANSPORTES

São Caetano do Sul adota tarifa zero nos ônibus municipais

JULIANO GALISI/AE

Entrou em vigor nesta quarta-feira o Programa Tarifa Zero, que institui a gratuidade nas linhas de ônibus municipais de São Caetano do Sul. A isenção da tarifa é válida para os oito linhas geridas pela Viação Padre Eustáquio (Vipe), concessionária de transportes do município do ABC paulista. Para os ônibus intermunicipais da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) que cortam a cidade, a tarifa continua sendo cobrada. São Caetano do Sul é a terceira cidade da Grande São Paulo a instituir a tarifa zero nos ônibus municipais. A primeira foi Vargem Grande Paulista, em 2019. Um ano depois, foi a vez de Pirapora do Bom Jesus. Para usar ônibus sem pagar em São Caetano, não é necessário ao usuário portar, no momento do embarque, um documento que comprove residência no município. A catraca está liberada para todos os passageiros, moradores da cidade ou não.

“Além da questão social e de mobilidade, temos um fator econômico muito forte para alavancar a empregabilidade na cidade”, disse o prefeito José Auricchio Júnior (PSDB). São Caetano possui uma área territorial de 15 quilômetros quadrados e 165 mil habitantes, de acordo com o Censo do IBGE. O custo mensal da tarifa zero na cidade é estimado em R\$ 2,9 milhões e prevê que o contrato com a concessionária passe a ser remunerado por quilometragem. “Está dentro da capacidade de fechamento orçamentário”, afirma Auricchio. O montante anual (R\$ 35 milhões) corresponde a 1,44% do orçamento total previsto para 2024 (R\$ 2,4 bilhões). Os recursos para manter a gratuidade serão bancados pela prefeitura. A Lei Municipal 6.141/2023, que institui o programa, prevê o custeio da tarifa por meio das arrecadações com multas de trânsito, receitas publicitárias no transporte público e vendas de créditos de carbono.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 44ª (QUADRAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 44ª (Quadragesima Quarta) Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-901, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, ("Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), a **H.COMMOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n.º 90, 14 andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.788.147-0001-50, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), a **MS AVIAH RESIDENCE CLUB EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na Alameda Bela Aliança n.º 250, sala 8, Jardim América, CEP 89.160-172, inscrita no CNPJ sob o nº 36.437.255/0001-63 ("Ms Aviah"), **MS SMART PORTO BELO EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na Alameda Bela Aliança n.º 250, Jardim América, CEP 89.160-172, inscrita no CNPJ sob o nº 37.730.341/0001-22 ("Ms Porto Belo"), além dos Titulares dos CRI, a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação, nos termos da Cláusula 11.10.1 do Termo de Securitização da Emissão, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 e 29 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia **27 de novembro de 2023, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares dos CRI, para, nos termos da cláusula 14.1.1 do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A substituição do imóvel da Comarca da Barra Velha, Estado de Santa Catarina, dando garantia, em favor da Securitizadora, objeto da matrícula 34.809 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis e Outras Avenças, celebrado em 26 de abril de 2023, entre a MS Itajubá Empreendimentos Ltda., MS Aviah Residence Club Empreendimentos Ltda., MS Smart Porto Belo Empreendimentos Ltda. e a Securitizadora ("Contrato de Alienação Fiduciária Barra Velha"), pelo imóvel objeto da matrícula 66.106 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balmirópolis, Estado de Santa Catarina ("Imóvel Balmirópolis de Pícaras"); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), para aditamento dos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização) e auditoria jurídica do Imóvel Balmirópolis de Pícaras, no valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser pago diretamente pelo Patrimônio Separado; (iii) Autorização para a Securitizadora, o Agente Fiduciário, a MS Aviah, a MS Porto Belo e as demais partes relacionadas a Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a elevação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitantes que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização da AGT para os e-mails fiduciario@hcommor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "**Documentos para AGT – MELCHIORETTO**", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5 do Termo de Securitização, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 06 de novembro de 2023.

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 21 de novembro de 2023, às 09:00 (nove) horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para o contato gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Asssembleia Geral"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias de ordem do dia: (i) A realização de aditamento ao "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais", com Garantia Real, com Garantia Fiduciária Adicional, Em Série Única, para Colocação Privada, da Tocantins Energias Renováveis S.A. ("Termo de Emissão de Notas Comerciais") para alterar as obrigações de envio das demonstrações financeiras da **Tocantins Energias Renováveis S.A.** ("Tocantins") e das SPE, conforme definido no Termo de Emissão de Notas Comerciais, de modo que passe a ser obrigatório o envio; (ii) anualmente, apenas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa independente de auditoria, da Tocantins, e não mais das SPE, individualmente, ou de qualquer outra empresa, conforme previsto na cláusula 7.1.1, (i), (a) do Termo de Emissão de Notas Comerciais dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 10 (dez) Dias Úteis após a data de sua divulgação; e, (b) trimestralmente, de relatório com medição dos índices financeiros que devem ser observados no âmbito da Operação, auditado por empresa independente de auditoria e suficiente para atestar que todos os índices financeiros previstos na Operação estão sendo observados, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento de cada trimestre; (iii) A realização de aditamento ao Termo de Securitização para refletir as mudanças descritas no item (i) acima, de modo que qualquer obrigação prevista no Termo de Securitização atrelada à apresentação das demonstrações financeiras reflita o envio (a) anual apenas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa independente de auditoria, da Tocantins, e não mais das SPE, individualmente, ou de qualquer outra empresa, conforme previsto na cláusula 7.1.1, (i), (a) do Termo de Emissão de Notas Comerciais dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 10 (dez) Dias Úteis após a data de sua divulgação; e, (b) trimestral, de relatório com medição dos índices financeiros que devem ser observados no âmbito da Operação, auditado por empresa independente de auditoria e suficiente para atestar que todos os índices financeiros previstos na Operação estão sendo observados, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento de cada trimestre; (iii) A autorização para que o Agente Fiduciário possa praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas nesta ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se à Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando qualquer quórum, conforme definido no Termo de Securitização. Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail gcl.agente@voilustrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e, (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "11" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Estruturadora"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretendem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de seus documentos que comprovem a representação do Titular de CRI e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o Instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: gcl.agente@voilustrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação.

São Paulo, 31 de outubro de 2023.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

A perda de Danilo Miranda

Durante quase 40 anos, Danilo Santos de Miranda comandou as atividades do SESC São Paulo. Foi o braço direito de Abram Szajmann na direção da entidade, com feitos extraordinários para a cultura do país.

De causa desconhecida, veio a falecer, deixando órfãos seus familiares e amigos. Era uma figura extremamente simpática, doce no trato, que marcou presença, pelos seus feitos, na cena cultural, como foi o caso dos vitoriosos Sesc. Tinha orgulho de ser natural da cidade fluminense de Campos dos Goitazes, onde nasceu em 1943.

A família o induziu a estudar para padre, em Friburgo, depois Itaici(SP). Abandonou a batina aos 24 anos. Passou num concurso para orientador social do Sesc, do qual se tornou diretor regional desde 1984, com uma carreira brilhante, grandemente impulsionada pela sua formação em filosofia e sociologia.

Para a atriz Bia Lessa, Danilo era doce e implacável, na defesa dos seus princípios. Foi enterrado com a bandeira do seu Fluminense querido.

Muitas vezes foi cotado para ser Ministro da Cultura. Não sabemos o que teria sido a sua gestão. Possivelmente, faria o sucesso de sempre. Tinha um acentuado espírito empreendedor e uma notória visão humanista. Foi, enfim, o principal gestor cultural do nosso País.

Esporte, lazer, arte e alimentação firmaram o embasamento dos muitos Sesc por ele inaugurado no Estado de São Paulo, em meio a uma carência que ele soube enfrentar com coragem e competência. O seu campo de atuação ia do erudito ao popular, com um apreciável perfeccionismo.

Para a Ministra da Cultura, Margareth Menezes, Danilo reinventou a forma de fazer cultura no Brasil. Ele trouxe a causa indígena para dentro do Sesc e a luta contra o racismo está presente em todas as suas unidades. Cultura e Arte vão dever muito a ele.

Das 41 unidades do Sesc/SP, na gestão de Danilo foram inauguradas nada menos de 26(21 são teatros). Uma prova da qualidade do seu trabalho.

GUERRA

Cidadãos estrangeiros e palestinos começam a deixar a Faixa de Gaza

Dezenas de estrangeiros e cidadãos palestinos com dupla cidadania começaram a deixar nesta quarta-feira a Faixa de Gaza e atravessam para o Egito pela passagem de Rafah, após autoridade fronteiriça do Hamas divulgar uma lista com cerca de 500 nomes. É a primeira vez que fronteira é aberta para saída de pessoas desde o início do conflito entre Israel e Hamas, mas brasileiros não foram incluídos na listagem.

A autorização partiu de um acordo mediado pelo Catar com Israel, Egito e o Hamas. A abertura excepcional liberou cerca de 90 feridos e 450 estrangeiros, conforme afirmaram autoridades egípcias. Na lista, estão pessoas com passaportes da Austrália, Áustria, Bulgária, República Checa, Finlândia, Indonésia, Japão e Jordânia.

Integrantes de organizações de ajuda humanitária, como os Médicos Sem Fronteiras, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA, na sigla em inglês), também estão na lista. A autoridade informou que o Egito con-

cordou em receber 81 feridos de Gaza nesta quarta-feira, ecoando relatos da mídia estatal egípcia.

A passagem de Rafah é a única ligação da Faixa de Gaza que Israel não controla. O Egito, que supervisiona a travessia, recusou-se a abri-la aos civis, alertando que um influxo de refugiados palestinos poderia desestabilizar a região. A decisão deixou milhares de cidadãos estrangeiros e palestinos com dupla nacionalidade presos na zona de guerra.

Na manhã desta quarta-feira, dezenas de ambulâncias começaram a se deslocar do Egito pelo posto de fronteira de Rafah para buscar palestinos feridos em Gaza, informou a televisão estatal egípcia. Imagens transmitidas pelo Qahera News, um canal estatal, mostraram uma fileira de ambulâncias alinhadas do lado de fora do portão da fronteira. Segundo a televisão estatal egípcia, 81 palestinos seriam levados para hospitais no Egito, em um processo facilitado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

COMUNICAÇÕES

A Faixa de Gaza sofreu outra

grande interrupção das linhas de comunicação e internet nesta quarta-feira, conforme o grupo de monitoramento de segurança cibernética Netblocks. "O incidente é consistente com a perda de serviço na sexta-feira e será provavelmente sentido pela maioria dos residentes como uma perda total ou quase total das comunicações", disse o diretor de pesquisa da Netblocks, Isik Mater, ao The Washington Post por e-mail.

A PalTel, principal provedora de telecomunicações em Gaza, disse nas mídias sociais que os serviços de comunicação e internet foram completamente interrompidos "devido às rotas internacionais reconectadas anteriormente terem sido cortadas novamente". A Jawwal, outro grande provedor e uma subsidiária da Paltel, também informou em sua página do Facebook que seus serviços foram interrompidos.

No fim de semana, o enclave densamente povoado, com mais de 2 milhões de pessoas, sofreu um apagão quase total nas comunicações, prejudicando os esforços de resgate e a entrega de ajuda. (Com agências internacionais).

Brasil repatria 12 famílias que estavam retidas na Cisjordânia

O Ministério das Relações Exteriores anunciou que 33 brasileiros que estavam na Cisjordânia e haviam manifestado interesse na repatriação foram resgatados nesta quarta-feira. Brasileiros de 12 famílias – sendo 12 homens, 10 mulheres e 11 crianças – foram conduzidos em ônibus e vans alugados pela representação brasileira em Ramallah até a cidade de Jericó, na Cisjordânia.

"Os veículos foram identificados com a bandeira do Brasil. Para fins de segurança, as placas, trajetos e listas de passageiros foram informados às autoridades da Palestina e de Israel", disse o embaixador da representação brasileira em Ramallah, Alessandro Candean, em nota divulgada pelo Itamaraty.

Em Jericó, os brasileiros realizaram os processos de migração e foram direcionados para cruzar a fronteira com a Jordânia, onde embarcaram em outro ônibus e foram levados até a capital Amã. Lá, embarcaram em uma aeronave do governo federal, com destino à Base Aérea de Brasília.

De acordo com o Itamaraty,

os repatriados teriam como destino final as cidades de Foz de Iguaçu, São Paulo, Florianópolis, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, Curitiba, Goiânia, Brasília e Porto Alegre.

A repatriação é mais um capítulo da operação Voltando em Paz, lançada pelo governo federal após o início da guerra entre Israel e Hamas. Oito aeronaves já vieram de Israel e uma da Jordânia, totalizando 1.443 brasileiros e três bolivianas, além de 53 animais de estimação, repatriados quando o voo vindo da Jordânia for concluído.

PARLAMENTO

Lei em tramitação na Itália pode impedir Jair Bolsonaro de ter cidadania no país

GABRIEL DE SOUSA E RAYANDERSON GUERRA/AE

Uma proposta de emenda em tramitação no parlamento da Itália pode fazer com que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) perca a possibilidade de ser um cidadão italiano. Já aprovada em primeiro turno, o texto de autoria do deputado esquerdista Angelo Bonelli, integrante do parlamento do país, sugere a proibição dos vistos permanentes para pessoas condenadas por conspiração política e crimes contra o Estado.

Na Itália, o direito à cidadania é garantido por ascendência. O ex-presidente é neto de italianos e atualmente tem a possibilidade legal de se tornar ítalo-brasileiro. Em janeiro, quando estava nos Estados Unidos, Bolsonaro disse que "pela legislação", seria cidadão do país europeu.

"Minha família é de Pádua (província na Itália). Pela legislação, eu sou italiano. Tenho avós nascidos na Itália. A legislação de vocês diz que eu sou italiano", disse em declaração da

da a um repórter do jornal italiano Corriere Della Sera, em Orlando (EUA).

Após a declaração de Bolsonaro, Bonelli, que é filiado ao partido Verdi e Esquerda, pediu para que o governo italiano não concedesse a cidadania ao ex-presidente e seus filhos, chamando-os de "golpistas". "Sem cidadania para os filhos de Bolsonaro e para o ex-presidente. Sem cidadania para os golpistas", afirmou.

Bonelli também pressionou o chanceler da Itália, Antonio Tajani, a informar se o ex-presidente havia entrado com um pedido de nacionalidade no país. A emenda do deputado está incluída em um projeto de lei italiano que endurece as penas de crimes contra a mulher. A proposta estabelece que estrangeiros condenados por violência de gênero devem ter a cidadania negada, e inclui também os crimes de conspiração política e crimes contra o Estado.

A proposta foi aprovada em primeiro turno por 191 votos a favor e seis contrários. Para en-

trar em vigor, ela precisa ainda passar por um segundo turno, que não tem previsão de ser realizado. A expectativa é que o projeto avance e entre em vigor.

Durante a sessão no parlamento italiano, o deputado deixou claro que a emenda se inspirava no ex-presidente brasileiro. "Quando estava pensando no texto da emenda, o caso Bolsonaro me veio à mente. A Itália não pode permitir que pessoas que tenham conspirado contra o Estado possam ter a cidadania reconhecida. Isso não faz bem para nossa democracia", afirmou.

Bolsonaro não foi condenado pelos crimes previstos pela emenda de Bonelli. Atualmente, o ex-presidente é investigado pela Polícia Federal (PF) por supostamente arquitetar um golpe de estado. No último dia 18, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de Janeiro aprovou um relatório que pediu o indiciamento de Bolsonaro por associação criminosa, violência política, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de estado.

EXÉRCITO

Armas foram negociadas com facções do crime

MARCELO GODOY/AE

Uma operação conjunta de policiais civis do Rio e de militares do Exército levou ao encontro de mais duas metralhadoras calibre .50 furtadas do Arsenal de Guerra de São Paulo, em Barueri. Um fuzil FAL calibre 7,62mm também foi recuperado, cuja origem está sendo investigada. As armas estavam em um carro estacionado na Avenida Lúcio Costa, na Praia da Reserva, na zona oeste carioca, em um carro.

O veículo pertenceria a Jesse Marques Fidelix, o homem apontado pelos investigadores como sendo o intermediário entre os responsáveis pelo desvio das metralhadoras e a venda das armas para traficantes de drogas do Comando Vermelho. Com o encontro de mais duas metralhadoras, já são 19 as armas recuperadas - 11 Browning calibre .50 e oito MAG de calibre 7,62 mm. Faltam apenas duas metralhadoras calibre .50 para serem encontradas.

A suspeita dos militares é de que todas essas armas tenham sido negociadas com integrantes do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC). Nesta quarta-feira, homens do Comando Militar do Sudeste e da PM de São Paulo fizeram uma nova operação de buscas na favela da Vila Nova Galvão, em Guarulhos, na Grande São Paulo. Os militares apreenderam celulares e computadores de suspeitos de ligação com o tráfico na comunidade. Os aparelhos serão examinados pela perícia. Segundo o general de brigada Maurício Vieira Gama, chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste (CMSE), as duas armas ainda desaparecidas estariam em São Paulo.

Esta foi a segunda operação consecutiva do Exército para fazer buscas na mesma favela. Na terça-feira, os militares cumpriam mandados de buscas e apreensão expedidos pela Justiça Militar no âmbito do Inquérito Policial-Militar (IPM) que apura o desvio da armas. As metralhadoras foram furtadas entre os dias 5 e 8 de setembro. Houve violação de lacre e de cadeados da reserva das armas onde elas ficam guardadas. Além disso, os militares envolvidos no crime desligaram as câmeras de segurança do lugar, mas as impressões digitais de um dos suspeitos foram encontradas no lugar.

As primeiras oito metralhadoras foram recuperadas depois que o Exército ameaçou ocupar comunidades controladas pelo Comando Vermelho no Rio. No dia 19 de outubro, bandidos abandonaram quatro metralhadoras calibre .50 e outras quatro calibre 7,62 mm em um carro na favela Gardênia Azul, na zona oeste do Rio. No dia 21 de outubro, outras cinco armas de calibre .50 e quatro 7,62 mm foram recuperadas depois que bandidos ligados ao PCC abandonaram as armas na área próxima ao poço profundo Mombaça, da Sabesp, em São Roque (SP).

O principal suspeito de ter articulado o furto das armas é o cabo Vagner Tandu. Ele trabalhava como motorista do comandante da unidade, o tenente-coronel Rivelino Barata Batista, que foi afastado do cargo por ordem do comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva. O Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) informou que dois civis são suspeitos de terem negociado as metralhadoras: Alexandre Cardoso, de 41 anos, conhecido como Gordo, e Messias Barbosa de Pádua, o Velho, de 60 anos.

LEVANTAMENTO

Aço: consumo avança 9,8% na América Latina

JORGE BARBOSA/AE

O consumo de laminados na América Latina foi de 6,12 milhões de toneladas em julho deste ano, o que representa uma alta de 9,8% na comparação com o mesmo período de 2022, conforme apontam os dados mais recentes da Associação Latino-americana do Aço (Alacero). No acumulado, que considera os meses de janeiro até julho, o indicador é de 41,91 milhões de toneladas, valor 2,9% acima do mesmo intervalo do ano anterior.

O destaque de julho foi o avanço de 3,3% no consumo de aços planos, para 3,5 milhões de toneladas. Por outro lado, houve recuo no indicador para aços longos em 2,3%, ou 2,4 milhões de toneladas em valores absolutos. Segundo o presidente-executivo da Alacero, Alejandro Wagner, o consumo na América Latina segue um ritmo de estabilidade, mas há um aumento preocupante no volume de importações.

"O aumento no consumo do aço é sempre bem-vindo, mas se o fornecimento do aço é feito cada vez mais pela China, então há dois problemas: pri-

meiro, ocorre a perda direta de empregos no setor siderúrgico local, por conta da pressão sobre os produtores domésticos, e o segundo problema é ambiental, uma vez que há a troca na compra de aço desenvolvido a partir da energia limpa por um aço importado com maior pegada de emissões", afirmou Wagner.

A produção de aço bruto em agosto foi de 4,93 milhões de toneladas, valor que representa queda de 7,8% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Na comparação com julho, há uma recuperação de 3,7% no indicador. Já o acumulado de 2023 totalizou 39 milhões de toneladas, 8,5% a menos ante um ano.

A produção de laminados em agosto somou 4,42 milhões de toneladas, 6,2% a menos na comparação anual e 1,6% maior ante julho. No acumulado dos oito primeiros meses ante o mesmo período de 2022, houve recuo de 5,4%, para 35,2 milhões de toneladas. De janeiro a julho, a produção de aço bruto somou 33,7 milhões de toneladas, queda de 8,6% na comparação com os sete primeiros anos de 2022.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2023

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 58/2023 no dia 16/11/2023 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos (ACICLOVIR 200MG COMPRIMIDO; ACICLOVIR 250 MG INJETÁVEL; FRASCO-AMPOLA; ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO e etc.). Processo nº. 33409.004547/2023-45. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.